

A Origem do Nativismo no Brasil *

José Marques Guimarães

Tema controverso (Queiroz s.d.: 113-44) traduzindo-se numa aversão visceral a estrangeiros estribada num patriotismo exclusivista e xenófobo (Machado 1981-VII: 530-31 e Vainfas 2000: 422), o nativismo brasileiro orientou sempre este sentimento preferencialmente contra os portugueses (Medina 2000: 34 e Cavalcanti s.d.: 148-52). A génese e o desenvolvimento desta aversão identificou-se com um amplo processo de diferenciação entre portugueses que, pelos seus interesses, se encontravam essencialmente ligados à metrópole ou, em contrapartida, privilegiadamente vinculados à colónia (Costa 1968: 78-86).

Despoletada com as guerras contra os holandeses, a par da exploração e desbravamento do sertão pelas bandeiras paulistas, no século XVII – quadro em que viria a emergir uma nova identidade distintamente brasileira (Rodrigues 1965-2: 50), de que o poeta seiscentista Gregório de Matos, através das suas sátiras anti-portuguesas não deixaria de fazer eco (Matos 1990-II: 1172) – e prolongada através de uma série de contestações e levantamentos de colonos contra os desmandos do governo e dos representantes dos interesses metropolitanos, de

* Este artigo é uma síntese do capítulo 'O Advento do Nativismo no Brasil' da tese de mestrado *A difusão do Nativismo em África: Cabo Verde e Angola (séculos XIX e XX)* que o autor prepara na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

que se destacariam as lutas entre Paulistas e Emboabas e a Guerra dos Mascates, em princípios do século seguinte (Castro e Barbosa 1979-18: 9866-9868), esta longa escalada de manifestações nativistas lusófonas só viria a atingir um grau superior de maturidade nos finais do século XVIII, quando a elite socioeconômica e cultural brasileira, sob o duplo impacto da independência dos Estados Unidos e da difusão crescente das “Luzes”, passaria a estar apetrechada com um capital de conhecimentos e de referências políticas de tal ordem que lhe permitiria aperceber-se da incompatibilidade definitiva dos seus interesses com os da metrópole, consciência que lhe passava a impor como objectivo fundamental a condução do combate pela libertação dos laços coloniais que ligavam o Brasil a Portugal (Costa 1968: 84). Processo que viria a ser inaugurado em Minas Gerais, em 1789, através da Inconfidência Mineira (Maxwell 1995: 141-232), e teria a sua continuidade assegurada pela Inconfidência Carioca de 1794 (Castro e Barbosa 1979-18: 9869), pela Conjuração dos Alfaiates da Baía de 1798 (Barreto 1973: 72-75) e, finalmente, em Pernambuco, em 1801 e em 1817, através da Conjuração dos Suassuna (Mota 1982: 22-24 e 49) e da Revolução Pernambucana, de que resultaria uma república nordestina independente que sobreviveria perto de três meses (Brandão 1924: 77-81 e Mota 1982: 251), antes de atingir o seu auge, na conquista definitiva da independência, em 1822 (Costa 1968: 118-136).

Por sua vez, a separação política da antiga metrópole não extinguiu os sentimentos nativistas lusófonos, constituindo a sua sobrevivência - periodicamente expressa por surtos de exaltação nacionalista frequentemente acompanhados de verdadeiros motins antiportugueses, como nas efemérides da ‘Noite das Garrafadas’, ou contra a representação insultuosa do ‘brasileiro’ por Eça de Queiroz, em 1872, nas *Farpas* (Corrêa 1933: 47-98; Medina 2000: 32-34 e Vieira 1991: 75-76 e 126-129), sem esquecer a celebração do primeiro centenário da independência, em 1922, que o receio de ferir a importante colônia portuguesa levou muitos brasileiros a tentar diluir entre os clamores da agitada Semana de Arte Moderna de São Paulo (Rezende 1993: 22-34) - uma poderosa fonte de energia que alimentaria e renovaria, de forma permanente, o sentimento e a consciência da brasilidade, em oposição a tudo o que lhe era adverso ou estranho (Vieira, 1991: 105-122 e 185-216).

Por outro lado, os progressos registados na emancipação do Brasil, traduzidos, num primeiro momento, na conquista da independência política, em 1822, não permitiriam, por si só, que o novo estado

superasse parte substancial das dificuldades encontradas na edificação da respectiva identidade nacional (em que deveria fundar a sua legitimidade), uma vez que, tratando - se de uma nação que apesar de liberta da condição colonial, continuava a ter, no sistema escravagista, as bases de sustentação do país, acabavam os «brancos nacionais» brasileiros por continuar a ser identificados com o corpo da nação, prevalecendo, nesses termos, a orientação expressamente perfilhada por quase todos os movimentos nativistas/independentistas desde a Inconfidência Mineira, com a única excepção da Conjuração Baiana/Conspiração dos Alfaiates, maioritariamente protagonizada por mestiços e negros, numa terra que, tal como acontecia com o Brasil, era habitada por uma grande massa de mestiços, negros livres e escravos, a par dos ameríndios (Santos 1985: 3). Esta profunda heterogeneidade social e cultural, agravada pelas rígidas barreiras sociais e raciais à integração da forte percentagem de população escrava – que, tal como defende Claude Meillassoux, ao analisar a antropologia da escravatura (Meillassoux 1998: 99-116), desde a sua captura, era sujeita a uma ‘despersonalização’ e a uma ‘dessocialização’ sistemáticas, condição do estado de ‘descivilização’ a que os dominadores escravocratas tinham necessidade de a reduzir e a que os escravos nunca deixaram de resistir, quer opondo-se às tentativas de descaracterização a que eram permanentemente submetidos em cativeiro ou, no limite, optando pela fuga e pela organização de redutos de resistência política e militar à soberania dos escravagistas, como foi o caso dos quilombos de foragidos africanos, com destaque para o de Palmares, no século XVII (Kent 1965: 161-175) e, nessa condição, excluída do corpo da nação em construção – não deixou de preocupar dirigentes políticos brasileiros como José Bonifácio, que, em carta ao Conde de Funchal, em 1813, não hesitara em alertá-lo para as múltiplas dificuldades que iria enfrentar se viesse a ser nomeado Ministro do Príncipe-Regente D. João em substituição do falecido Conde de Linhares, sobretudo para as que decorriam da amalgamação muito difícil que seria ‘a liga de tanto material heterogéneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc., etc., em um corpo sólido e político’ (Vianna 1963: 226).

Na verdade, dominados como se encontravam, desde finais do século XVIII, por um anti-lusitanismo crescente, ao procurar libertar-se da sua ascendência europeia os brasileiros viam-se circunscritos a fundamentar a sua origem e identidade nos negros do sertão da África ou nos índios naturais da América, situação paradoxal numa época

em que larga percentagem da população não branca se encontrava sujeita às grilhetas da escravidão (como acontecia com a maioria dos negros), ou era objecto de uma discriminação social e racial de tal ordem que a sua liberdade se revelava completamente insuficiente para lhe garantir um lugar, por modesto que fosse, no corpo da nação (Santos 1985: 3). Com efeito, se a ruptura com Portugal e a instauração do estado nacional tinham forçosamente que se apoiar na nação, a invenção e legitimação desta última acabariam, no caso do Brasil, por se revelar extraordinariamente complicadas, em virtude de a sociedade da antiga colónia se encontrar atravessada, não apenas pelas questões de classe, mas também pela questão racial, o que dificultava fortemente a edificação da identidade nacional, apesar dos esforços desenvolvidos no sentido da elaboração da biografia da nação, de que resultaria a fundação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a incumbência de organizar a história do país (Santos 1985: 4-7).

É certo que, do ponto de vista da legitimação ideológica, o romantismo brasileiro, no seu contributo para a construção da identidade nacional, revestiu o nativismo dos matizes ameríndios que julgou adequados à “invenção de uma tradição” americana (Hobsbawm 1997: 9-23 e 271-316) oposta à ascendência e legado portugueses, “indianismo” de que a poesia de Gonçalves Dias e os romances de José de Alencar, assim como a conseqüente adopção, por parte das elites brasileiras, de nomes tupi-guarani, acrescentados ou substituídos aos velhos apelidos portugueses de origem, constituem testemunho paradigmático. Na verdade, tal como assinala João Ribeiro, no Brasil, depois da separação, o romantismo, sem Idade Média a que recorrer como fizera o romantismo europeu, achou o seu mundo cavalheiresco e antigo na história dos índios. O indianismo de Magalhães, Porto Alegre, Gonçalves Dias e Alencar, representa essa fase que ainda mais acentua a divergência entre o português reinol e o americano. Com efeito, aquando da emancipação política do Brasil, os seus protagonistas (os ‘brancos nacionais’) sentiam-se humilhados pelo conquistador português (branco), ao mesmo tempo que só podiam nutrir desprezo pelos escravos negros, restando-lhes, finalmente, o índio fugitivo e autóctone como única referência identitária própria, que não hesitaram em transformar no símbolo mais expressivo da terra e da nacionalidade. Em tais circunstâncias, o ‘indianismo’ correspondeu a um sentimento e traduziu-se numa ilusão intencionalmente criada e generalizada pelos nativistas. Com efeito, elucidada,

uma vez mais, João Ribeiro, «todos queriam ser índios, quaisquer que fossem os ingredientes dessa mistificação da história. Os próprios mazombos (que assim eram denominados os brasileiros de pura descendência branca sem mistura) entravam nessa aspiração comum que identificava a terra libertada e o bravo aborígine» e, deste modo, «os antigos valores coloniais inverteram os seus rótulos: os Souzas, os Bastos, os Silvas, os Oliveiras e os Carvalhos, passando por um novo baptismo nacional, mudaram-se em Caramurús, Utinguaçús, Tupinambás e Goitacás», podendo, de acordo com este autor, concluir-se que a ilusão do indianismo não passava de uma ‘mentira convencional’, tendo começado por ser um sentimento político antes de se ter transformado numa fonte de inspiração da literatura, ou seja, não era mais do que uma tradição inventada (Ribeiro 1926: 250-251).

Mas o facto de, ao contrário do que acontecia nos Estados Unidos, as populações de cor predominarem demograficamente, dado o peso do elevado número de negros e, sobretudo, de mestiços, acabaria por perturbar, de forma incontornável, os esforços das classes dominantes brasileiras (os minoritários ‘brancos nacionais’ que tinham, à cabeça da nação, protagonizado a liderança do processo de independência política contra Portugal) no sentido da edificação de uma identidade nacional que não só se distinguisse, de forma inequívoca, da matriz portuguesa mas igualmente preservasse, ao máximo, a nova nação da mestiçagem decorrente da indelével e vasta contribuição ameríndia e, sobretudo, negra, bem patente na forte percentagem de mulatos, de cuja criação não hesitariam em responsabilizar e estigmatizar os portugueses, ao mesmo tempo que persistiriam em advogar, de forma sistemática, a suposta inferioridade daquela fracção mestiça da população, como contraponto indispensável à eliminação das ameaças à preservação da arianização da sociedade brasileira, através do combate a tudo o que pudesse contrariar o seu branqueamento, tarefa em que se destacariam autores como Euclides da Cunha e, especialmente, Nina Rodrigues, ao mesmo tempo que a República, desde os primórdios da sua implantação, não hesitaria em adotar medidas de discriminação racial com o objectivo confesso de preservar o Brasil de imigrantes não brancos (Rodrigues 1932: 237-238 e 1938: 218-219; Cunha 2000: 73 e 86-90 e Rodrigues 1965-1: 106).

No entanto, aquela perspectiva branqueadora viria a ser contrariada pela profunda revolução na leitura do nacional protagonizada pelos modernistas, a partir da segunda década do século XX, com a rejeição sistemática da cultura de importação que se revelasse estranha à

edificação da brasilidade, a qual, por sua vez, passava a ser entendida como produto da miscigenação de elementos culturais heterogêneos, identificáveis através do regresso às origens e da incorporação, aparentemente paradoxal, dos elementos de progresso resultantes do recente arranque do desenvolvimento industrial do Brasil, a partir da expansão da economia do café (Martins 1967: 48-51), a par da recusa privilegiada, de carácter nativista, do legado colonial português e, sobretudo, da continuidade da sua omnipresença, espectro que chegou a libertar vagas de lusofobia extrema, como as que viriam a ser protagonizadas pelas campanhas panfletárias de António Torres e de outros nativistas radicais, no quadro de um ambiente político de nacionalismo fortemente exaltado, potenciado pelas comemorações do primeiro centenário da independência, em 1922, que, por tal motivo, viriam a ser frequentemente obnubiladas, em benefício da projecção privilegiada do cenário politicamente diluído e inócuo da Semana de Arte Moderna de São Paulo, em Fevereiro do mesmo ano (Torres 1925: XI-CXIV). Tendo, naquelas circunstâncias, conhecido um forte impulso, a atitude dos modernistas em defesa da mestiçagem na configuração dos brasileiros (parte integrante do seu combate pela libertação da nação de todas as formas de colonização cultural, resgatando e legitimando uma genuína e moderna afirmação da brasilidade) viria a transparecer em várias das suas obras, destacando-se, pelo seu carácter particularmente representativo deste movimento cultural e politicamente revolucionário, o arranque pioneiro de Monteiro Lobato, com a publicação de 'Urupês', em 1915, a qual antecipou em mais de uma década o 'Manifesto Antropófago', de Oswald de Andrade, que juntamente com o paradigmático romance *Macunaíma*, o herói sem nenhum carácter, de Mário de Andrade, viria à luz em 1928.

Pautando a sua intervenção pelo direito permanente à pesquisa estética, assim como pela actualização da inteligência artística brasileira e estabilização de uma consciência criadora nacional, através de um genuíno regresso às origens e às características brasileiras, que viria a fundamentar a afirmação da sua vertente nacionalista (Martins 1967: 125-137 e Rezende 1993: 73-74), os modernistas questionariam implacavelmente os modelos culturais do passado, não hesitando, mesmo, em contrapor ao mítico herói ameríndio, etnocentricamente exaltado e recuperado pelo romantismo indianista (simbolicamente representado pelo índio Peri, do romance *O Guarani*, de José de Alencar), o novo tipo de herói literário, representado pela figura de Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato, enquanto símbolo

da nacionalidade, a que sucederiam outros paradigmas, como viria a acontecer com *Macunaíma*, de Mário de Andrade, ou com Juca Mulato, inventado por Menotti del Picchia, sem esquecer o ‘homem cordial’, concebido por Sérgio Buarque de Holanda, todos eles reflectindo a busca permanente da identidade nacional brasileira. Diversidade de modelos de herói nacional e de linguagens que não os impediria de continuar a manifestar os seus sentimentos nativistas lusófobos, rejeitando a matriz do antigo colonizador, sem prejuízo da defesa da devoração das respectivas virtudes, como meio de apropriação e de utilização da sua força, de acordo com o mito da antropofagia, presente, não apenas em Oswald de Andrade, autor do ‘Manifesto Antropófago’, mas também noutros representantes do movimento modernista brasileiro, como por exemplo Mário de Andrade, que a ele recorreria no seu romance, *Macunaíma*, o herói sem nenhum carácter (Martins 1967: 22-23 e 151-160; Andrade 1995: 47-52 e Andrade 1998: 90-92).

Por sua vez, como explica Alfredo Margarido, em contraste com a lusofobia nativista dos modernistas antes referidos, ao defender a tese de que os brasileiros não dependeriam dos ‘europeus, ou das elites brancas importadas, mas de um caldeamento que proviria do formidável apetite sexual dos colonos portugueses, que não repeliam nenhuma espécie de relação com os povos “inferiores”’, visto que teriam uma vocação especial para se miscigenarem com estes últimos, confiando ao sexo (e não à cruz e/ou à espada) as tarefas da colonização, Gilberto Freyre, juntamente com Roger Bastide, lançaria as bases do luso-tropicalismo, concepção mistificadora da realidade colonial, que procura esconder a opressão racial dos não-brancos (particularmente dos negros, dada a sua elevada densidade) pelos colonizadores e que decorre da suposta superioridade genésica destes últimos, criadores sobretudo de mulatas (Freyre 1940: 31-124 e Margarido 2000: 22-23). Esta concepção, para além da legitimação político-ideológica que se esforçou por facultar, depois da II Guerra Mundial, ao colonialismo português, confrontado com as sucessivas vagas de libertação das colónias das outras potências coloniais (Castelo 1999: 45-107 e Margarido 2000: 24-25), viria, no caso do Brasil, a propiciar o desenvolvimento do mito da democracia racial, o qual acaba por não resistir aos indicadores sociais mais recentes, que, na sua cruel realidade, não deixam de evidenciar todo um conjunto de desigualdades sociais que testemunham a ausência de integração da esmagadora maioria dos negros (bem como de parte significativa

dos restantes não-brancos) na sociedade civil brasileira. Na verdade, tal como defende Florestan Fernandes (1978-1: 15), ao analisar a integração do negro na sociedade de classes,

a desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objectivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumaria e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

Esta realidade leva-nos a recordar as já referidas preocupações de José Bonifácio sobre a dificuldade de articular, no Brasil, populações de origens socioculturais tão diferentes, demonstrando que, a despeito de todos os esforços (nativistas e não só), continua por concretizar uma política de verdadeira integração racial (social), a qual constitui, afinal de contas, a condição da implantação de uma efectiva democracia racial, ou seja, de uma verdadeira democracia, que não exclua da sociedade nenhum sector da população, quaisquer que sejam as suas características, pois só através desse esforço de homogeneização das condições de vida e da superação das contradições herdadas da sociedade escravocrata e racista, poderá ser ultimada a construção da nação brasileira e configurada, de forma estável, a sua identidade (Fernandes 1978-2: 462-63).

Conclusão

Das reflexões levadas a cabo sobre o advento do nativismo podemos, desde logo, concluir que este nasce e desenvolve-se indissociavelmente articulado com a génese da identidade nacional brasileira entre os colonos portugueses, à medida que estes e os seus interesses se passam a identificar, de forma privilegiada, com os territórios sul-americanos que exploram e acabam por ocupar, defendendo-os de todas as tentativas de invasão e usurpação estrangeira, nas quais acabam por incluir a actuação dos portugueses fiéis à metrópole, momento a par-

tir do qual (século XVIII), ao mesmo tempo que adquirem consciência da sua nova identidade, irreversivelmente alienada da sua matriz portuguesa, passam a ter como objectivo a separação política de Portugal, para cuja concretização viriam a conceber e a ensaiar vários projectos (inconfidências e revoluções), abrindo o caminho à conquista da independência em 1822.

No entanto, a continuidade da presença opressiva dos portugueses após a independência fez com que o espírito nativista se mantivesse de pé, garantindo a mobilização sistemática dos brasileiros contra todas as manifestações daquela permanência, alimentando um conflito, que, nas suas formas latentes e manifestas, contribuiu, em larga medida, para configurar o cadinho em que pôde desenvolver-se e moldar-se, em termos modernos, a identidade nacional brasileira.

Esta edificação, contudo, não pôde escapar às enormes dificuldades decorrentes da herança de uma sociedade escravocrata, como a que vigorou no Brasil, assente na mais profunda diferenciação e opressão social e racial, a qual, apesar da abolição de 1888, impediu, até ao presente, a plena integração dos negros e da maioria dos restantes não brancos no respectivo tecido social. Em tais circunstâncias, agravadas pela situação de exploração desenfreada e do risco de exclusão social da maioria da população – inevitavelmente associada e alimentada pela crónica dependência externa, particularmente dos Estados Unidos, cuja postura opressiva face às nações latino-americanas viria a ser, desde 1893, impopularmente denunciada por Eduardo Prado, num período de cega exaltação nativista (Prado 1933: 9-10, 24-104 e 243-47) - a sociedade brasileira acabaria por se ver ameaçada de amputação de parte considerável dos seus membros (privados do gozo efectivo dos elementares direitos de cidadania) acabando por, nessas circunstâncias, ficar comprometida a prossecução de esforços orientados para a construção da nação, a despeito do ardor patriótico e do entusiasmo registados em todas as mobilizações nativistas.

Sem prejuízo das limitações verificadas no combate pela emancipação do Brasil e na construção da respectiva identidade nacional, o nativismo de origem brasileira viria a influenciar fortemente as elites africanas autóctones das colónias portuguesas de África, uma vez que estes territórios não só receberam vagas sucessivas de deportados das diversas inconfidências, depositários de um património político inevitavelmente contagiante – cujas consequências secessionistas Portugal procurou, oportunamente, prevenir (Alexandre 1993: 329) - mas, sobretudo, ao sofrerem o impacto da independência da antiga

colônia sul-americana puderam testemunhar a viabilidade da separação política da metrópole por parte de um país a que estavam preferencialmente ligados, no quadro do tráfico negreiro, em que assentava a sua economia.

REFERÊNCIAS

- Alencar, José de
1999 *O Guarani*. Porto Alegre: L&PM Editores.
- Alexandre, Valentim
1993 'A Desagregação do Império: Portugal e o Reconhecimento do Estado Brasileiro (1824-1826)'. Lisboa *Análise Social*, vol. XXVIII (121). pp.309-41.
- Andrade, Mário de
1998 *Macunaíma, o Herói sem Nenhum Carácter*. Lisboa: Antígona,.
[1928]
- Andrade, Oswald de
1995 'Manifesto Antropófago'. *Obras Completas de Oswald de Andrade. A Utopia Antropofágica: A Antropofagia ao Alcance de Todos*. São Paulo: Editora Globo. pp. 47-52
- Aranha, José Pereira Graça
1902 *Chanaan*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor.
- Azevedo, Aluísio de
1999 *O Mulato*. Porto Alegre: L&PM Editores.
- Barreto, Vicente
1973 *A ideologia Liberal no Processo da Independência do Brasil (1789- 1824)*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação.
- Brandão, Ulysses
1924 *A Confederação do Equador (1824-1924), Edição Comemorativa do 1º Centenário*. Brasília: Pernambuco, Repartição de Publicações Oficiais.
- Castelo, Cláudia
1998 'O Modo Português de Estar no Mundo'. *O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa*. Porto: Afrontamento.

- Castro, Moacir Werneck de e Barbosa, Francisco de Assis,
1979 'Revoluções no Brasil'. *Enciclopédia Mirador Interna-
cional*. (Direcção de António Houaiss). São Paulo/Rio
de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil
Publicações Lda. Tomo 18. pp. 9866-77.
- Cavalcanti, Paulo
sd *Eça de Queirós, Agitador no Brasil*. Lisboa: Livros do
Brasil.
- Corrêa; Viriato
1933 *Mata Galego / História da 'Noite das Garrafadas' e
Outras Histórias*. São Paulo: Companhia Editora Naci-
onal.
- Costa, Emília Viotti da
1968 'Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Bra-
sil'. *Brasil em Perspectiva*. (Direcção de Carlos Guilher-
me Mota). São Paulo Difusão Europeia do Livro. pp. 73
– 139.
- Cunha, Euclides da
2000 *Os Sertões / Campanha dos Canudos*. Lisboa: Edição
'Livros do Brasil'.
- Dias, António Gonçalves
1965 *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro.
- Fenandes, Florestan
1978 'A Integração do Negro na Sociedade de Classes'. Vo-
lume I *O Legado da 'Raça Branca'*. Volume II *No Limi-
tar de uma Nova Era*. São Paulo: Editora Ática.
- Freyre, Gilberto
1940 *O Mundo que o Português Criou: Aspectos das Rela-
ções Sociais e de Cultura do Brasil com Portugal e as
Colónias Portuguesas*: Rio de Janeiro: Livraria José
Olympio Editora.
- Gomes, Fábio Lucas
1999 'Génese da Identidade Cultural do Brasil (Elementos
Europeus, Indígenas e Africanos Presentes na Mitolo-
gia Cultural do Brasil)'. *História da Literatura Brasilei-
ra* (Direcção de Sílvio Castro). Lisboa: Publicações Alfa.
Volume 1. pp.49-62.
- Hobsbawm, Eric e Ranger, Terence (orgs.)
1997 *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Editora Paz e
Terra S.A.

- Kent, R.K.
1965 'Palmares: An African State in Brazil'. *Journal of African History*, vol. VI (2). pp. 161-75.
- Lobato, Monteiro
1946 'Urupês'. *Brasas Brasileiras* (Seleção, prefácio e notas de José Osório de Oliveira), Lisboa, Livraria Bertrand.
- Machado, José Pedro
1981 *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, Amigos do Livro.
- Margarido, Alfredo
2000 *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Martins, Wilson
1967 *O Modernismo (1916-1945)*. Roteiro das Grandes Literaturas - A Literatura Brasileira. São Paulo: Editora Cultrix, Volume VI.
- Matos, Gregório de
1990 *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Edição de James Amado/Record. Volumes I e II.
- Maxwell, Kenneth R.
1995 *A Devassa da Devassa / A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750 – 1808*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, S.A.
- Medina, João
2000 *Reler Eça de Queiroz - Das Farpas aos Maias*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Meillassoux, Claude
1986 *Anthropologie de l'Esclavage*. Paris: PUF.
- Mota, Carlos Guilherme
1982 *Nordeste 1817: Estruturas e Argumentos*. São Paulo, Editora Perspectiva, S. A.
- Picchia, Menotti del,
1978 'Juca Mulato'. *Entardecer*. São Paulo: MPM/Casabranca. pp. 21-35.
- Prado, Eduardo
1933 *A Ilusão Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A.

- Queiroz, Eça de
sd 'A Propósito da Doutrina de Monrói e do Nativismo'. *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris (1893-1897)*. Porto: Lello e Irmão-Editores. pp.113-44.
- 1980 *Uma Campanha Alegre*. Obras Completas de Eça de Queiroz. Lisboa, volume XIV, Circulo de Leitores.
- Rezende, Neide
1993 *A Semana de Arte Moderna*. São Paulo: Editora Ática S.A.
- Ribeiro, João
1926 *Cartas Devolvidas*. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, Lda, Editores.
- 1933 *A Língua Nacional / Notas Aproveitáveis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Rodrigues, José Honório
1965 *Aspirações Nacionais: Interpretação Histórico-Política*. São Paulo: Editora Fulgor, Lda.
- 1965 *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo. Editora Fulgor, Lda.
- Rodrigues, Raimundo Nina
1932 *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- 1938 *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Santos, Afonso C. Marques dos
1985 'A Invenção do Brasil: Um Problema Nacional?'. *Revista de História (Nova Série)*, nº 118. pp.3-12.
- Torres, António
1925 *As Razões da Inconfidência*. Rio de Janeiro: A. J. Castilho.
- Vainfas, Ronaldo
2000 *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. p.422.
- Vianna, Hélio
1963 'Correspondência de José Bonifácio (1810 – 1820)'. *Revista de História*. São Paulo. Volume XVII nº55. pp. 217-42.
- Vieira, Nelson H.
1991 *Brasil e Portugal - A Imagem Recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Língua e Cultura Portuguesa.

A Origem do Nativismo no Brasil**The Origin of Nativism in Brazil****Sumário****Summary**

Aversão visceral a estrangeiros, preferencialmente orientada, no caso do Brasil, contra os portugueses, o nativismo emerge com a gênese e o desenvolvimento da identidade nacional brasileira, no quadro de um processo de diferenciação sociopolítica e cultural entre portugueses metropolitanos e portugueses do Brasil, de que constitui vertente fundamental, continuando, mesmo depois da independência, a garantir a irreversibilidade desta separação, a qual não pôde deixar de contagiar as elites autóctones das colônias portuguesas de África. Todavia, a construção da identidade nacional brasileira não conseguiu libertar-se da herança negativa da sociedade escravocrata que enformou o tecido social do país até ao fim do império, uma vez que, a despeito da abolição da escravatura, este não conseguiu integrar a maioria da população não branca (com destaque para os negros, dada a sua elevada densidade) na estrutura social classista que lhe sucedeu, amputação que, ainda hoje, continua a impedir a conclusão deste processo.

Nativism emerged together with the growth of Brazilian national identity, which was supported by an extensive political and cultural differentiation between Brazil and Portugal's Portuguese that became privileged targets of Brazilian hate against foreigners, while it has deeply influenced African social elites in Portuguese colonies. However, the built of Brazilian national identity has not been able to overcome its negative slavery heritage, which requests the social integration of black people (and other non-whites) in order to get clear of that task.